

Depois de nas décadas de 70 e 80 do século XX vários países da Europa Ocidental terem sofrido ataques terroristas levados a cabo por grupos nacionalistas, independentistas e de extrema-esquerda, o fim da Guerra Fria levou à quase oclusão deste fenómeno, então de cariz essencialmente ideológico. No entanto, desde o 11 de Setembro de 2001, que o terrorismo voltou a centrar a atenção da comunidade internacional, resultado das ações tão mediáticas quanto destrutivas contra dois dos principais símbolos dos Estados Unidos da América (World Trade Center e Pentágono).

O ataque em si foi uma afronta à ordem global estabelecida, um ataque inaudito ao território continental da única superpotência, anunciando que a ordem global do pós-Guerra Fria não tinha sido interpretada ou valorizada da mesma forma por todos os atores do sistema internacional, estatais e não-estatais.

Reivindicados pela al-Qaeda, os atentados de matriz islamita geraram um “franchisado” de grupos e células terroristas espalhados pelos mais diversos pontos do mundo, reivindicando em nome da al-Qaeda ou outros movimentos – os mais conhecidos dos quais o Daesh, Boko-Haram, al-Shabab, AQMI e Abu-Sayyaf – os inúmeros ataques feitos de forma indiscriminada contra alvos civis e/ou militares. Mas o que é o terrorismo? Quais as suas causas? Inúmeras definições e explicações existem, espelhando o facto de não ser um fenómeno recente, bem pelo contrário. O terror e o medo que produz estão no fundamento da evolução da ordem social. O terror tem sido a principal alternativa ao civismo nas relações sociais desde as primeiras reflexões registadas pela Humanidade. Nas suas raízes sociológicas, o terror, a força e a violência são integrativas e, como tal, o terrorismo como modalidade de ação, dificilmente se diferencia da coerção como estratégia ou da violência como tática. A violência é uma tática potencial em qualquer situação social e cada situação social tem uma expressão e impacto político. As causas políticas radicais atraem agentes da violência que procuram sempre uma racionalização, justificação e local para aplicarem o seu *modus operandi*.

O terrorismo é um nexos complexo de relações sociais: entre a ação individual e a coletiva, a emocional e a racional, a civil e a militar, a convencional e a não-convencional, o normal e o extraordinário, o protesto e a rebelião, a tática e a estratégia, a ideologia e o crime, o pessoal e o impessoal, o local e o remoto, o material e o espiritual. É muitas vezes distinguido tendo por base a sua motivação ou intenção política mais ampla, mas estas qualidades psicológicas do perpetrador são difíceis de identificar, atestar ou avaliar. Também se diferencia pelo seu impacto no público-alvo, mas essas características psicológicas são igualmente difíceis de medir.

As análises contemporâneas ao terrorismo têm alternado entre os extremos perceptivos inerentes às ideias de terror: as concetualizações do terrorismo são muito amplas para serem analiticamente úteis, muito estreitas para serem analiticamente significativas ou muito complexas para serem aplicadas de forma sistemática.

As conceitualizações em si são muitas vezes politicamente motivadas, à medida que se tenta racionalizar uma distinção entre as expressões “civilizadas” e “incivilizadas” da violência: terror (inútil) e aplicação (útil); terrorismo (não disciplinado) e guerra (disciplinada); e terroristas (desonrosos) e “lutadores da liberdade” (honrosos).

Embora tais estudos contemplem o reconhecimento da intenção política dos atos terroristas tendem, no entanto, a subalternizar os fundamentos estruturais do terrorismo, não incluindo, por exemplo, referências a ataques comparáveis contra agentes civis de instituições e/ou organizações internacionais como a ONU, Organizações não-Governamentais ou jornalistas *freelancers*.

O presente número da *Nação e Defesa* é mais um contributo para este debate, resultado, em parte, do seminário “Islamist Movements in the Middle East, North Africa and Sahel”, realizado no Instituto da Defesa Nacional em 20 de junho de 2017 e que contou com a participação de vários especialistas nacionais e estrangeiros.

No primeiro artigo, George Joffé contraria o argumento convencional (e mais comum) de que o comportamento extremista está enraizado em doutrinas derivadas do *corpus* islâmico e da sua suposta propensão para a violência, procurando demonstrar que uma explicação mais abrangente e satisfatória possa estar relacionada com fatores históricos, sociais e psicológicos. O autor refere, igualmente, que a atual onda de “terrorismo islamita” difere pouco das ondas precedentes de violência extremista que enfrentaram e tentaram substituir o Estado.

De seguida, Amalendu Misra examina os propósitos autóctones e os significados culturais do ritual da decapitação levado a cabo, esporadicamente, pelos talibãs no Afeganistão e os métodos de execução pública conduzidos pelos militantes do autodenominado Estado Islâmico. O autor segue uma linha argumentativa que problematiza a decapitação no contexto contemporâneo, examinando as várias perspetivas teóricas e filosóficas que ajudam a enquadrar este tipo de ato terrorista.

Nuno Lemos Pires efetua uma análise dos movimentos jihadistas segundo quatro grandes grupos: al-Qaeda, o Daesh, os independentes e os híbridos, diferenciando a ação dos grupos em jihadismo violento e não violento. A sua análise junta a geopolítica, o caráter interno dos Estados, a transnacionalidade do fenómeno e uma multiplicidade de critérios de classificação, segundo três dimensões: ideologias, estratégias e objetivos.

Ignacio Fuente Cobo foca-se nas circunstâncias que tornam necessário examinar a evolução dos grupos extremistas no Sahel e o complicado jogo político, económico e militar em que estão atualmente envolvidos, procurando identificar as suas estratégias e resiliência, e avaliar as possibilidades de sobrevivência à ação concertada dos governos regionais e da comunidade internacional, empenhados em evitar que o centro de gravidade da ação jihadista se mova para esta região.

O artigo de Alexandra Magnólia Dias situa a trajetória dos vários movimentos islamitas no Mali desde a crise de 2012. O seu argumento central desafia as explicações monocausais do terrorismo que apresentam a religião, e em particular o Islão, como a sua principal causa. Em contraste, a autora analisa o contexto local para identificar as múltiplas clivagens que permeiam a sociedade do Mali.

Por fim, Ana Santos Pinto e Bruno Cardoso Reis analisam o impacto e evolução da ameaça jihadista *takfiri* no Médio Oriente e Magrebe, tendo em conta a perda, pelo autoproclamado Califado do Daesh, do seu proto-estado territorial. O artigo argumenta que apesar da estratégia de territorialização desenvolvida pelo Daesh ter falhado, em resultado da derrota militar sofrida nos territórios do Iraque e da Síria, persistem fatores que explicam a resiliência do movimento, designadamente a fragilidade dos Estados na sua eficácia e legitimidade, a existência de “vazios de poder” decorrentes de ambientes de conflitualidade e a marginalização de setores das comunidades muçulmanas, em particular os mais jovens.

Na secção extra-dossiê, Cristiano Cabrita analisa o debate em torno do que é o conservadorismo tradicional norte-americano numa perspetiva concetual e metodológica, que emergiu durante as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, em torno do significado de “conservador”, em geral, e do “conservadorismo americano” e “neoconservadorismo”, em particular.

Fernanda Carneiro da Silva oferece um contributo para a compreensão do fenómeno da construção da identidade profissional do agente policial. A sua análise longitudinal e de natureza qualitativa capta a essência das transformações que se vão desenvolvendo e enraizando, ao longo do tempo, no contacto com a profissão de polícia.

Vítor Rodrigues Viana